

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CURSO DE NUTRIÇÃO
Laura Nazari

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS
CATARINENSES**

Florianópolis - SC
2019

LAURA NAZARI

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS
CATARINENSES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição.

Professora orientadora: Claudia Soar

Florianópolis - SC

2019

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS CATARINENSES

Laura Nazari¹

Claudia Soar²

RESUMO

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para a população brasileira através da formulação e implementação das políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O histórico recente do direito à alimentação no Brasil e da instituição do SISAN, somado ao fato da adesão ao Sistema não ser de caráter obrigatório, atribui certa fragilidade a ele, tornando necessário o seu fortalecimento para que seus objetivos sejam atingidos. Este artigo trata-se de um relato de experiência que teve como objetivo descrever e analisar os resultados de ações desenvolvidas pelo projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus respectivos municípios”, bem como suas repercussões, com enfoque nos municípios catarinenses. As atividades desenvolvidas por este projeto compreenderam capacitações, mobilizações e desenvolvimento de materiais de apoio e tiveram como metodologias norteadoras a Educação Popular e Educação Permanente. Foi possível verificar, através da análise dos diferentes resultados obtidos ao longo da execução destas ações, que o desenvolvimento de formações com os municípios de Santa Catarina contribuiu para os avanços na Política de SAN nos municípios catarinenses, porém, ainda são necessários esforços por parte dos governos nacional, estadual e municipal para que o Sistema esteja implantado e funcionando, de forma a impactar na efetivação do DHAA e SAN nos municípios.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Educação Popular. Educação Permanente. SISAN.

¹ Graduanda de Nutrição - Curso de Nutrição. Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN. Bolsista de graduação do projeto Qualificação da gestão e da assistência para o enfrentamento do sobrepeso e da obesidade no âmbito da Atenção Básica em Santa Catarina. E-mail: nazarilaura8@gmail.com

² Docente do Departamento de Nutrição. UFSC. TearSAN. E-mail: claudia.soar@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), foi instituído no Brasil em 2006, pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para a população brasileira através da formulação e implementação das políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), do estímulo a integração entre o governo e sociedades civil e da promoção do acompanhamento, monitoramento e avaliação da SAN no país (BRASIL, 2006). Mesmo com o SISAN, e com o Direito Humano à Alimentação contemplado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, apenas em 2010, através da Emenda Constitucional nº 64, a alimentação passa a ser um direito social no Brasil.

O histórico recente do direito à alimentação no Brasil e da instituição do SISAN, somado ao fato da adesão ao Sistema não ser de caráter obrigatório, atribui certa fragilidade a ele. Em 2015, além do país, tínhamos os 26 estados e o Distrito Federal aderidos ao SISAN. De acordo com o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2015 (MAPASAN 2015), dos 2.430 municípios respondentes, 1095 possuíam Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e 943 já haviam realizado conferências municipais de SAN. Contudo, somente 319 possuíam Câmara Governamental de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (BRASIL, 2015), mostrando que ainda havia grande percurso a se percorrer com relação as estruturas organizacionais e ações que constituem o SISAN.

Além disto, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, abrange diversas dimensões, demandando ações intersetoriais para sua garantia e exigindo ainda mais esforços de seus aderentes. Desta forma, identifica-se a necessidade de fortalecimento do Sistema e também da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente em âmbito municipal.

Neste contexto, o projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus respectivos municípios”, do qual as autoras fizeram parte, se propôs a desenvolver ações, através do Núcleo de Avaliação e Monitoramento (MAN) e Núcleo de Educação Permanente (NEP), no sentido de fortalecer o processo de implantação do SISAN nos estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

O referido projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina em 13 de julho de 2015, sob o Parecer nº 1.160.850. O mesmo foi desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN) e foi financiado pelo

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A teia é composta por docentes e alunos de graduação e pós graduação dos Departamentos de Nutrição, de Saúde Pública e de Ciências Sociais.

Dentre as atividades desenvolvidas pela TearSAN, a Educação Permanente norteou grande parte delas. Nestas ações o referencial metodológico foi a Educação Popular, que faz a “articulação entre os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais” (BRASIL, 2014).

Estas ações compreenderam capacitações, mobilizações e desenvolvimento de materiais de apoio aos componentes do Sistema, como o CONSEA e CAISAN e também aos demais atores envolvidos com a garantia da SAN e DHAA em nível estadual e municipal.

Este artigo objetiva descrever e analisar os resultados dessas ações, obtidos durante o período de desenvolvimento do projeto, bem como a repercussão delas nos municípios catarinenses.

2 MÉTODO

Trata-se de um artigo descritivo que faz um relato de experiência referente aos resultados das ações desenvolvidas pelo projeto intitulado “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus respectivos municípios”, com enfoque no estado de Santa Catarina, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2018.

Os resultados apresentados são referentes às Oficinas Regionais realizadas em SC, aos materiais educativos desenvolvidos, a formação e apoio online para os municípios e ao Diagnóstico de Implantação do SISAN.

As Oficinas Regionais aconteceram entre 07 de junho e 29 de agosto de 2017 e tiveram como objetivo sensibilizar e orientar gestores, técnicos e representantes da sociedade civil para o processo de adesão ao SISAN e construção dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Tinham duração de oito horas e foram realizadas em 7 diferentes regiões do estado, sendo elas a Grande Florianópolis; Meio Oeste; Norte; Oeste; Serrana; Sul e Vale do Itajaí, visando abranger o maior número possível de municípios. O custeio referente ao transporte, alimentação, dentre outros custos de participação nas oficinas ficou sobre responsabilidade dos municípios que enviaram cada representante.

Cada oficina contou com dois oficinairos, membros do projeto, capacitados na reprodução da metodologia proposta e na temática em questão. A metodologia era guiada pela educação popular, valorizando o conhecimento prévio dos participantes; com atividades interativas para o

desenvolvimento do conteúdo proposto e por meio de problematizações pautadas na realidade dos municípios.

Os materiais educativos surgiram a partir da necessidade, verificada pelo grupo, de materiais a respeito da SAN, SISAN e DHAA que fossem regionalizados, considerando o histórico e características do estado de Santa Catarina, e que fossem de fácil entendimento, com reduzido conteúdo normativo ou acadêmico, acessível para todos os públicos, principalmente para os atores da política de SAN. Os materiais criados foram a Linha do Tempo de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina e o Almanaque do SISAN.

A Linha do Tempo de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina têm por finalidade contar a história da garantia da SAN no estado, destacando os atores e grupos sociais envolvidos e os principais marcos históricos. A linguagem utilizada, além de ser de fácil compreensão, trouxe trechos de entrevistas com pessoas que foram referência na política de SAN, tornando o material ainda mais fiel a história. Ela foi elaborada com a colaboração de ilustradores, que completaram a narrativa com desenhos que representassem o contexto vivido.

O Almanaque do SISAN faz um resgate histórico e orienta sobre o Sistema, suas estruturas e o processo de adesão. Este material foi elaborado inteiramente por membros do grupo TearSAN, com a utilização de desenhos, jogos e linguagem popular e de fácil compreensão, para que fosse acessível tanto para gestores governamentais quanto para a sociedade civil. O material simplificou o que existia de orientação a respeito do Sistema, favorecendo a compreensão do processo de adesão, que possui uma série de condicionantes e burocracias. Estes materiais foram utilizados tanto nos espaços de formação do grupo, como apoio à discussões a respeito da temática, bem como para consulta online, através do site da TearSAN.

Na formação e apoio online para os municípios foi construído o espaço de Dúvidas Frequentes, disponível no site do grupo, com o propósito de sanar os principais questionamentos dos gestores e sociedade civil a respeito da adesão ao SISAN, seu funcionamento, suas instâncias e o desenvolvimento do Plano de SAN. As perguntas e respostas foram elaboradas de forma objetiva e clara, e com direcionamento para outras fontes de informação caso o leitor queira aprofundar-se no assunto.

O Diagnóstico de Implantação do SISAN surgiu de uma demanda do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão financiador do projeto, a fim de verificar a realidade dos municípios catarinenses em relação a implantação do SISAN e suas instâncias. As informações coletadas eram a respeito da existência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

(COMSEA) e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); da realização ou participação de Conferência Municipal/Regional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2015; da situação dos municípios em relação a construção do Plano Municipal de SAN (PLAMSAN) e da adesão dos municípios ao SISAN.

Os resultados destas ações foram verificados através dos seguintes métodos:

2.1 PERCEPÇÕES DAS OFICINAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nas Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN em Santa Catarina além da preocupação com os conteúdos a serem abordados, sempre houve também a preocupação com a própria metodologia de execução da oficina. Assim, partindo do pressuposto que conteúdo e forma são indissociáveis, elaborou-se uma ficha de avaliação que permitiu aos participantes expressarem suas percepções a respeito do conteúdo apresentado; da metodologia e dos materiais utilizados; dosicineiros responsáveis pela formação e do espaço físico.

Buscando uma forma avaliativa de fácil compreensão e preenchimento, foi utilizada uma ficha de avaliação em papel, com uma escala hedônica ilustrada com as seguintes opções “Gostei muito”, “Gostei” e “Não Gostei” e um espaço para observações dos participantes, como demonstrado na Figura 1. Os responsáveis pela oficina informaram que havia esta ficha para ser preenchida, voluntariamente, após o término da atividade.

Figura 1 - Material de avaliação das Oficinas Regionais

CONTEÚDO

Diga o que você achou do conteúdo que embasou esta oficina!

GOSTEI MUITO GOSTEI NÃO GOSTEI

OBSERVAÇÕES:

Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

Para analisar as avaliações das oficinas presenciais optou-se por apresentação descritiva dos dados obtidos, por meio do cálculo de percentuais das respostas para cada aspecto avaliado. Além disso, as observações registradas pelos participantes foram agrupadas de acordo com a similaridade entre elas e foram destacadas as que mais se repetiram, sendo que uma observação poderia conter mais de um tipo de percepção do participante.

2.2 FORMULÁRIO ONLINE DE AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES APÓS OFICINAS REGIONAIS

Como forma de verificar a utilização dos materiais de apoio disponibilizado, como Linha do Tempo de SAN de SC, Almanaque do SISAN, espaço de Dúvidas Frequentes e os desdobramentos nos municípios após as oficinas, foi elaborado um formulário online. Este foi criado em plataforma que permite respostas online e o link foi enviado via e-mail, para os participantes das oficinas que haviam disponibilizados seus contatos.

O formulário contou com os seguintes questionamentos:

1. A oficina desencadeou ou possibilitou a continuidade do processo de Adesão ao SISAN em seu município?
2. Caso "sim", o que foi realizado/desenvolvido? E caso "não", quais foram as limitações e empecilhos? (resposta não obrigatória)
3. Você utilizou os materiais sobre a temática disponibilizados pelo TearSAN?
4. Você teria alguma sugestão de contribuições que o TearSAN, CONSEA Estadual, CAISAN Estadual ou a Diretoria de SAN poderiam dar para a Adesão ao SISAN em seu município (pergunta não obrigatória).

Com as respostas obtidas foi gerada uma planilha que foi analisada conforme as características das perguntas. Para as perguntas com respostas objetivas, respondidas através de caixa de seleção com as opções "sim" ou "não" (perguntas 1 e 3), foi calculado o percentual obtido em cada uma das opções de resposta. Para as perguntas abertas, com resposta descritiva (perguntas 2 e 4), as respostas foram agrupadas de acordo com a similaridade entre elas e foram destacadas as que mais se repetiram, sendo que uma mesma resposta poderia conter mais de um tipo de percepção do participante. Para responder ao questionário não era necessário nenhum tipo de identificação pessoal do participante, apenas a identificação de qual oficina havia participado.

2.3 CONTATO COM MUNICÍPIOS ADERIDOS AO SISAN

Em 2019 foi realizado um levantamento dos municípios que haviam aderido ao Sistema no período após as Oficinas Regionais, ocorridas em 2017, onde foi observado a adesão de 11 municípios. Com esta informação, identificou-se a importância de realizar contato com estes municípios para verificar a influência das oficinas no processo de adesão, para aqueles que tinham representantes presentes.

Para o contato com os participantes, realizado por via telefônica, foi elaborado um roteiro

semi-estruturado, que consistia nos seguintes questionamentos:

- Você esteve envolvido no processo de adesão ao SISAN do seu município?
- O processo de adesão já foi finalizado? Se não, em qual fase está?
- Como está a estruturação do CONSEA e CAISAN?
- O plano de SAN já foi elaborado? Se não, em qual etapa está e qual a previsão para término?
- A participação de representantes do seu município na oficina foi relevante para o processo de adesão ao SISAN? Se sim, em quais pontos do processo as oficinas auxiliaram?

As ligações foram conduzidas de forma a contemplar todos estes questionamentos, porém, também viabilizando que o participante fizesse suas próprias considerações a respeito do que achasse relevante. As ligações foram gravadas, com autorização, para posterior análise.

A partir das conversas realizadas, foram registradas as considerações dos participantes relacionadas aos questionamentos e foram destacadas as que se repetiram dentre eles.

2.4 APOIO ONLINE

Foram divulgados, tanto nas formações do projeto de Fortalecimento do SISAN, quanto nos demais espaços promovidos pela TearSAN, os canais de comunicação existentes, para que os municípios, sociedade, COMSEAs e CAISANs entrassem em contato caso necessitassem de algum dos materiais desenvolvidos pelo grupo ou realizar algum outro tipo de comunicação. Os canais eram o telefone da sala em que o grupo trabalha, o site, que possui área destinada para contato e e-mail do grupo. Durante toda a execução do projeto todos que entraram em contato foram respondidos e tiveram seus devidos encaminhamentos.

2.5 DIAGNÓSTICO DE IMPLANTAÇÃO DO SISAN

A primeira versão foi realizada em 2015, com as informações obtidas a partir de contato com os gestores e técnicos de todos os municípios do estado. Seguindo a metodologia de trabalho do grupo, que buscava produzir conteúdos acessíveis e de fácil compreensão, foram desenvolvidos mapas estaduais para apresentar os resultados obtidos. Estes mapas permitiram a visualização das informações de forma didática, clara e diferente das convencionais.

Em 2017, nas Oficinas Regionais, os participantes tiveram a oportunidade de informar aos oficinairos se houve alguma alteração nas informações do seu município, o que possibilitou a

atualização dos mapas sobre a existência de COMSEA; existência de CAISAN e a adesão ao SISAN.

Em 2019, através de contato com o CONSEA estadual, foi obtido o atual panorama do estado em relação a adesão dos municípios ao SISAN, e com isso, foi feito o mapa referente ao ano de 2019, possibilitando uma comparação do número de municípios aderidos ao SISAN com o mapa de 2015 e de 2017.

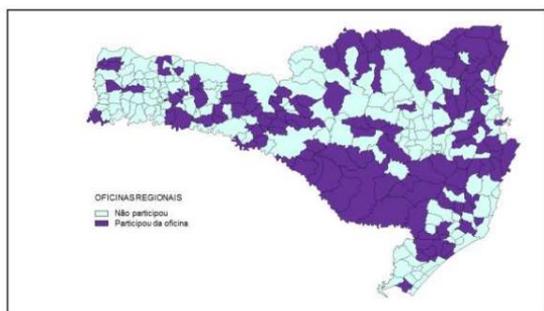
3 RESULTADOS

Os resultados apresentados são referentes aos instrumentos de avaliação supracitados das ações desenvolvidas pelo grupo. Os resultados são apresentados por meio de análises qualitativas e quantitativas, expressas por figuras, tabelas, gráficos e texto.

3.1 PERCEPÇÕES A RESPEITO DAS OFICINAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Foram realizadas sete oficinas em Santa Catarina, nas seguintes regiões: Sul; Grande Florianópolis; Norte; Vale do Itajaí; Serrana; Meio Oeste e Oeste. No total foram 437 participantes, de 129 municípios, representados no mapa a seguir (Figura 2):

Figura 2 - Participação dos municípios catarinenses nas Oficinas Regionais



Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

Dos 437 participantes das 7 oficinas regionais em Santa Catarina, 261 responderam as fichas de avaliação, equivalente a 59,7% dos presentes.

A Tabela 1 apresenta o resultado geral das oficinas regionais, em relação aos aspectos avaliados através da escala hedônica.

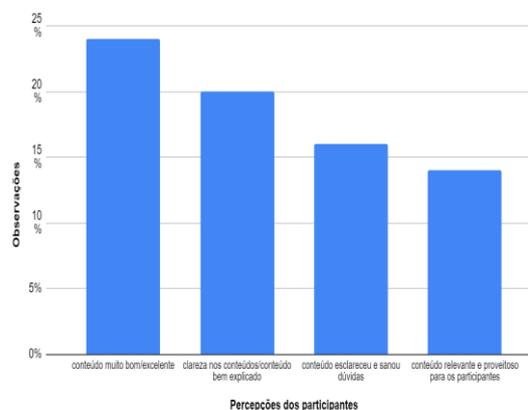
Tabela 1 – Resultado dos aspectos avaliados por escala hedônica

Aspecto avaliado	Gostei muito	Gostei	Não gostei
Conteúdo	66%	33%	1%
Metodologia e materiais	67%	32%	1%
Oficineiros (as)	77%	23%	0%
Espaço físico	51%	48%	1%

Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

A respeito do aspecto “Conteúdo” a opção de maior escolha dos participantes foi “Gostei muito”, seguida de “gostei”. Das fichas preenchidas, 59 contavam com observações em relação ao conteúdo apresentado, que foram agrupadas em categorias (Gráfico 1).

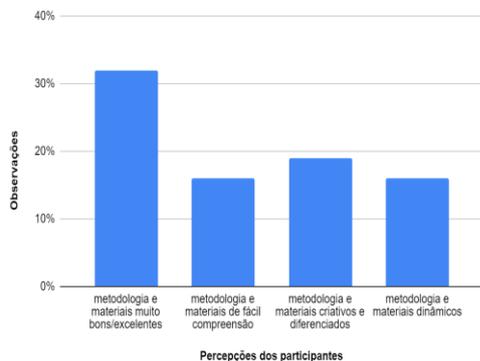
Gráfico 1 - Avaliação do conteúdo por observações dos participantes das Oficinas Regionais de SC.



Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

Na análise do aspecto “Metodologia e materiais” a opção de maior escolha dos participantes a foi “Gostei muito”, seguida de “gostei”. Das fichas preenchidas, 80 contavam com observações em relação a metodologia e materiais utilizados (Gráfico 2).

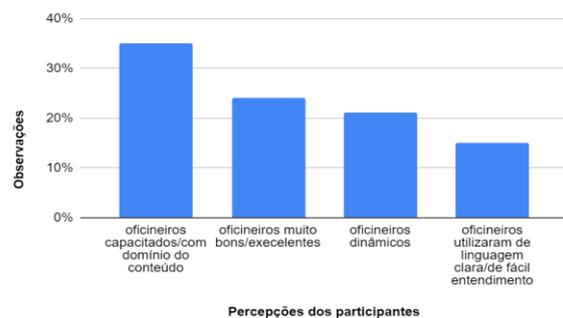
Gráfico 2 - Avaliação da metodologia e materiais por observações dos participantes das Oficinas Regionais de SC



Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

Quanto aos “Oficineiros (as)”, a opção de maior escolha dos participantes foi “Gostei muito”, seguida de “gostei”. Das fichas preenchidas, 72 contavam com observações em relação aos (as) oficinairos (as) (Gráfico 3).

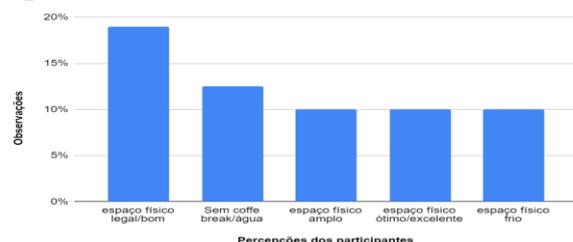
Gráfico 3 - Avaliação dos (as) oficinairos (as) por observações dos participantes das Oficinas Regionais de SC



Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

E por fim, sobre o “Espaço Físico” a maior escolha dos participantes foi “Gostei muito”, seguida de “gostei”. Das fichas preenchidas, 72 contavam com observações em relação aos (as) oficinairos (as) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Avaliação do espaço físico por observações dos participantes das Oficinas Regionais de SC



Fonte: Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina: Relatório Geral (2017)

3.2 FORMULÁRIO ONLINE DE AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES APÓS OFICINAS REGIONAIS

Dos 437 participantes das oficinas, foram obtidas 55 respostas ao formulário, representando 13% dos participantes.

A pergunta 1 “A oficina desencadeou ou possibilitou a continuidade do processo de Adesão ao SISAN em seu município?” obteve 26 respostas “Sim” (47,3%) e 29 respostas “não” (52,7%).

A pergunta número 2 obteve 53 respostas, sendo que primeiramente elas foram categorizadas entre respostas que mostraram algum desdobramento no município e respostas que mostraram que não houve desdobramentos no município. Estas foram separadas de acordo com as justificativas apresentadas (Tabela 3).

Tabela 2 - Pergunta 2: Caso "sim", o que foi realizado/desenvolvido? E caso "não", quais foram as limitações e empecilhos?

Classificação	n	%	Resposta
Tiveram desenvolvimento / resultado	19	32,7	Processo de construção/implantação do SISAN
	7	12	Já aderiu ao SISAN
Tiveram limitações e empecilhos	5	8,6	Estrutura
	15	25,9	Interesse do município
	3	5,2	Formação para os envolvidos
	9	15,5	Organização do município
Total	58	100	

Fonte: Tabela elaborada pela autora deste trabalho (2019)

A pergunta 3 “Você utilizou os materiais sobre a temática disponibilizados pelo TearSAN?” obteve 32 respostas “Sim” (58,2%) e 23 respostas “não” (41,8%).

A pergunta 4 obteve como respostas as seguintes sugestões (Tabela 3):

Tabela 3 - Pergunta 4: Você teria alguma sugestão de contribuições que o TearSAN, CONSEA

Estadual, CAISAN Estadual ou a Diretoria de SAN poderiam dar para a Adesão ao SISAN em seu município?

Resposta	n	%
Suporte/visita personalizada	16	50
Sensibilização dos gestores	10	31,2
Já está no processo/aderiu	2	6,2
Recursos financeiros	1	3,1
Comunicação entre COMSEAS	1	3,1
Agilidade nas respostas sobre documentação	1	3,1
Contato direto com a secretaria específica	1	3,1
Total	32	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora deste trabalho (2019)

3.3 CONTATO COM MUNICÍPIOS ADERIDOS AO SISAN

Dos 11 municípios que realizaram a adesão ao SISAN no período entre as oficinas regionais e julho de 2019, nove tiveram representantes nas oficinas, sendo estes os municípios de Bom Retiro; São Francisco do Sul; Tubarão; São Joaquim; Xanxerê; Chapecó; Major Gercino; São Bento do Sul e Maravilha. Dos 55 participantes referentes a estes municípios, foi realizada tentativa de contato com 25. A tentativa foi bem sucedida com 13. Com os demais não foi possível realizar contato por conta de números de telefone alterados; ligações não atendidas e dados incorretos.

Os 13 participantes contactados foram referentes a 8 municípios, sendo: Bom Retiro; São Francisco do Sul; São Joaquim; Xanxerê; Chapecó; Major Gercino; São Bento do Sul e Maravilha, sendo que do Município de Major Gercino, as participantes relataram não ter participado do processo de adesão e não souberam dar mais informações sobre os desdobramentos após a oficina. Do município de Tubarão não foi possível realizar contato via telefone. Dentre as respostas dos participantes, algumas se repetiram a respeito de em quais pontos do processo de adesão e consolidação do SISAN no município a oficina auxiliou (Tabela 6).

Tabela 6 - Auxílio das Oficinas Regionais no processo de adesão ao SISAN dos municípios participantes

Resposta	n	Municípios (%)
Na elaboração ou continuação da elaboração do Plano municipal de SAN	7	87,5
No conhecimento do Sistema	6	75
Na estruturação ou reestruturação do COMSEA	4	50
Na criação da lei municipal de SAN	2	25
Na realização de conferência municipal ou regional de SAN	2	25
No esclarecimento de dúvidas	2	25

Fonte: Tabela elaborada pela autora deste trabalho (2019)

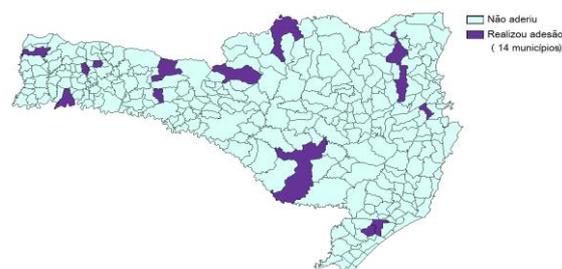
3.4 APOIO ONLINE

Durante o período de execução do projeto, foram realizados diversos contatos com o grupo via e-mail, site e telefone. Eles consistiam principalmente em solicitações e agradecimentos pelo envio dos materiais de apoio que o grupo possui relacionados a política de SAN e ao Sistema; mensagens de parabenização pelos trabalhos desenvolvidos; solicitação de esclarecimento de dúvidas e convites para participação em eventos e realização de palestras na temática de trabalho.

3.3 DIAGNÓSTICO DE IMPLANTAÇÃO DO SISAN

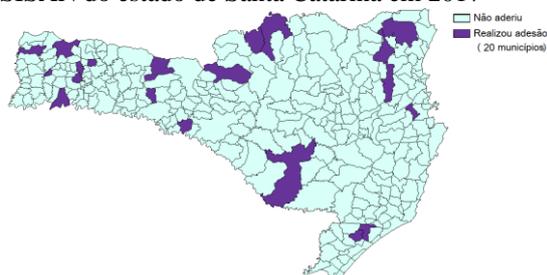
O Diagnóstico da implantação do SISAN foi apresentado em 2015 (Figura 3) e atualizado com dados de 2017 (Figura 4) e de 2019 (Figura 5) em formato de mapa do estado de Santa Catarina, com diferenciação dos municípios aderidos e não aderidos.

Figura 3 - Panorama de adesão municipal ao SISAN do estado de Santa Catarina em 2015



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho com dados fornecidos pelo CONSEA SC (2019)

Figura 4 - Panorama de adesão municipal ao SISAN do estado de Santa Catarina em 2017



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho com dados fornecidos pelo CONSEA SC (2019)

Figura 5 - Panorama de adesão municipal ao SISAN do estado de Santa Catarina em 2019



Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho com dados fornecidos pelo CONSEA SC (2019)

4 DISCUSSÃO

Os 129 municípios participantes das Oficinas Regionais representaram 44% dos 295 do estado de Santa Catarina, participação considerada representativa e satisfatória, pois é importante lembrar que a participação era de custeio dos próprios municípios, demonstrando então o interesse dos mesmos na temática de Segurança Alimentar e Nutricional e na preocupação ao que tange o SISAN. A participação representativa em oficinas com o intuito de fortalecer o SISAN também foi apontada por Lang (2018), em oficinas realizadas no Paraná em 2017.

A estratégia de realizar oficinas regionalizadas foi considerada efetiva para viabilizar a participação de municípios de diferentes áreas do estado, mesmo que se tenha observado maior participação das regiões Serrana e Norte. A regionalização das oficinas vem sendo realizada em inúmeros estados, como por exemplo no Paraná (LANG, 2018), no Rio Grande do Sul (TEARSAN, 2018) e recentemente no estado de São Paulo (UNESP, 2019).

Mais da metade dos participantes (59,7%) respondeu as fichas de avaliação das oficinas, o que permitiu a avaliação e aprimoramento contínuo das oficinas e das atividades posteriores. Considerar a

avaliação e percepções de todos é um processo crucial ao buscar a realização de práticas educativas que respeitem o conhecimento e participação do outro, como na proposta em questão de oficinas que praticam a educação popular e permanente. Dentre as etapas da educação popular descritas no Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas está a Reinvenção, que é colocada como uma possibilidade de renovar e de rever o proposto e sendo este o momento de realizar uma avaliação que busque evidenciar os resultados alcançados para, assim, retornar ao ciclo (BRASIL, 2014).

Na avaliação por escala hedônica do conteúdo, da metodologia e dos materiais utilizados, dos oficinairos responsáveis pela formação e do espaço físico das oficinas, todos apresentaram avaliação satisfatória, uma vez que as opções “Gostei muito” e “Gostei” se destacaram em relação a opção “não gostei”. Além disso, a opção “Gostei muito” foi a mais assinalada para a avaliação de todos os aspectos. Entretanto, o aspecto que teve o pior desempenho foi espaço físico. Assim, é importante destacar que este item era o único que o grupo executor não era responsável, uma vez que o órgão financiador arcou com as despesas apenas de deslocamento dos oficinairos e do material para a execução das oficinas, ficando então a encargo do município sede a responsabilidade de organizar a estrutura de realização da oficina.

Além de desempenho menos favorável na escala hedônica, este item também foi o único no qual se destacaram observações consideradas negativas, dentre elas: a falta de *coffee break* e/ou água e desconforto térmico do local. Isto demonstra, que mesmo não sendo responsabilidade do grupo a organização do espaço físico é importante e deve haver alinhamento e engajamento para planejamento e captação de parceiros junto com o município sede, a fim de melhorar a estrutura de realização das oficinas, o que reflete diretamente na satisfação dos participantes.

A Educação Popular, de acordo com Streck (2016) “tem se revelado um campo de experimentação e inovação metodológica, não apenas em termos de ensino, mas, também, de pesquisa”. Ela, mesmo se mostrando inovadora e diferenciada para os participantes, foi bem aceita e avaliada. O sucesso deste aspecto se relaciona com a avaliação positiva que tiveram os oficinairos, uma vez que de acordo com Vasconcelos e Cruz (2013) “a Educação Popular atua como um modo especial de conduzir o processo educativo”. Sendo os oficinairos então os condutores destes espaços, o domínio da metodologia, do conteúdo, bem como a capacidade de facilitação do espaço por estes, são cruciais para o desenvolvimento da oficina, para que se atinjam os objetivos e para que o conteúdo apresentado seja compreendido pelos participantes, o que de fato ocorreu de acordo com as observações realizadas por estes.

O formulário online avaliou as oficinas 8 meses após a realização da última, o que para esta análise, consideramos como avaliação de médio prazo. O propósito era avaliar os encaminhamentos dando tempo suficiente para a sua execução. Seu resultado foi considerado satisfatório uma vez que quase metade dos respondentes afirmou que a oficina desencadeou algum tipo de ação no processo de adesão ao SISAN em seu município, o que reforça a importância e necessidade da realização de ações de educação e fortalecimento do SISAN. Nos municípios em que não ocorreram desdobramentos, as principais justificativas diziam respeito a necessidade de ampliação da formação para os envolvidos na condução da política de SAN no município, bem como problemas relacionados à estrutura organizacional do município (recursos humanos e organograma das secretarias), o que também demonstra a necessidade de ações de educação e fortalecimento do SISAN.

A respeito das fragilidades no processo de construção do sistema nos municípios, a necessidade apontada mais frequentemente entre os respondentes foi a de suporte e visita personalizada, o que evidencia a insegurança e conhecimento insuficiente dos gestores e da sociedade civil organizada dos municípios na condução do processo de adesão. Uma alternativa, identificada por conta da análise das oficinas, foi a disponibilização de materiais de apoio, que dão continuidade no processo de educação permanente. Avaliando-se esta ação, dos respondentes, aproximadamente 60% afirmou ter utilizado os materiais de apoio disponibilizados pelo grupo, o que demonstra a utilidade dos mesmos, principalmente na impossibilidade de realização de outros tipos de orientação.

O contato com os municípios que realizaram a adesão ao SISAN, realizado aproximadamente 2 anos após as oficinas, permitiu uma avaliação destas a longo prazo. Dos municípios respondentes, todos afirmaram que a oficina auxiliou no processo de adesão, principalmente em relação à construção do plano de SAN municipal, o que demonstra a necessidade de maior compreensão e instrução a respeito da estrutura do mesmo. Além disto, os outros pontos destacados pelos participantes demonstram que ainda existe desconhecimento por parte dos municípios a respeito da Política de SAN e do SISAN, e que a realização de oficinas como estas, além de capacitarem os participantes, acabam gerando um estímulo para eles, bem como a própria relação e troca entre os municípios, para darem início ou continuidade no processo de adesão.

O apoio online possibilitou o recebimento espontâneo de contatos de participantes das oficinas e demais interessados na Política de SAN e no Sistema. O número de parabenizações e também de convites para a participação em eventos relacionados a temática de SAN e DHAA demonstra

que as ações desenvolvidas até então pelo grupo possuíam qualidade e que foram úteis. Também demonstra a necessidade de discussão e capacitação contínua sobre os temas, o que é reforçado pelo número significativo de contatos com a finalidade de esclarecimento de dúvidas. Uma percepção similar, que relata a falta de conhecimento e capacitação de conselheiros do CONSEA a respeito do sistema, foi apontada em um estudo do estado da Paraíba, o que demonstra que esta situação não se trata isoladamente do estado de Santa Catarina (VASCONCELOS, 2017).

Cinco municípios aderiram ao SISAN em 2018 e 6 em 2019, esses números são superiores ao número de adesões no estado em 2013, 2015 e 2017, que foram 3, 3 e 0, respectivamente. Em 2016 ocorreram seis adesões e em 2014 oito, o que demonstra que não houve uma curva de crescimento em relação ao número de aderidos/ano nos últimos anos. Porém, é possível perceber, pelo diagnóstico apresentado, que o número total de municípios aderidos segue subindo a cada ano, principalmente próximo a municípios que já haviam realizado a adesão. Percebemos então que o SISAN é um sistema com potencial para seguir se desenvolvendo, mas que para isto é necessário que os municípios tenham suporte e orientação, que deve advir principalmente do CONSEA e CAISAN estaduais, mas também entre municípios, já que muitos partilham das mesmas realidades e dificuldades e a proximidade entre eles possibilita ações conjuntas, como a realização de Conferências Regionais de SAN e trocas de experiências.

5 CONCLUSÃO

Através deste relato de experiência das ações desenvolvidas pelo projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus respectivos municípios” e seus resultados, foi possível identificar pontos de grande relevância no processo de implantação do SISAN a nível municipal, com foco no estado de Santa Catarina.

O primeiro deles é a respeito do formato de realização de oficinas com os municípios. A regionalização mostrou-se vantajosa, uma vez que promove a interação entre os municípios vizinhos, possibilitando a troca de conhecimentos e a realização de parcerias e incentivo entre eles, facilitando também a participação de um maior número de municípios.

O segundo é que de fato existe fragilidade no conhecimento, no processo de adesão e também na execução do SISAN, principalmente em âmbito municipal, o que exige que as ações de educação nas temáticas que tangem o SISAN sejam contínuas.

Apesar da existência de outras metodologias educativas que ainda podem ser

exploradas, a utilização de educação popular mostrou-se positiva para tratar da temática, que é ainda recente e com especificidades não tão comuns aos gestores e sociedade civil. Como, de forma geral, no Brasil são constantes as mudanças em cargos políticos, é comum nos depararmos com estruturas de recursos humanos nos municípios sem adequada capacitação para o envolvimento na complexa e ampla política de SAN. As pessoas responsáveis por ações nos municípios são de diferentes formações, com experiências heterogêneas, o que por um lado enriquece a construção da política de SAN no município, porém por outro requer um olhar cuidadoso quanto a preparação de ações de formação. O formato de realização das oficinas deu conta de satisfazer a maior parte das dúvidas dos participantes e, para aqueles que não possuíam domínio a respeito do tema, conseguiu apresentar de forma clara e descomplicada, acessível para o público envolvido com a política de SAN.

Diante do exposto, fica clara a importância da formação contínua na temática, que de fato atinja

os atores da política e que seja adequada ao contexto municipal.

O projeto desenvolvido contribuiu para a consolidação do Sistema no estado de Santa Catarina, e seus reflexos ainda são sentidos nos municípios e suas ações são vistas como referência em muitos espaços de formação a respeito da Política de SAN e o SISAN. Desta forma, verificamos a necessidade de continuidade em ações de formação, sejam elas prestadas pelo CONSEA ou CAISAN estadual, ou também por projetos financiados como este, para sanar todas as necessidades ainda existentes nos municípios, uma vez que para ainda existe um longo caminho para que o Sistema esteja instituído e funcionando em todo o país.

Progredir na política de SAN não se trata do objetivo final, e sim do meio, para que através disto seja conquistado plenamente o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Secretaria Nacional de Articulação Social (Org.). **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Njobs Comunicação, 2014. 70 p.

BRASIL. Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.. Brasília,

BRASIL. MAPASAN. . Diretório. 2015. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mapasan/?pasta=&el=%2F2015>>. Acesso em: 14 out. 2019.

LANG, Regina Maria Ferreira. **Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de São Paulo e Paraná e seus respectivos municípios**: Paraná: Unesp - Ufpr - Usp, 2018. 36 slides, color.

MACHADO, Neila Maria Viçosa et al (Org.). **Oficinas Regionais para o Fortalecimento do SISAN no Estado de Santa Catarina**: Relatório Geral Florianópolis: Tearsan, 2017. (Série Educação Permanente para o Fortalecimento do SISAN) 57 p. (MACHADO et al., 2017)

STRECK, Danilo Romeu. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 537-547, 2016.

TEARSAN (Brasil). Universidade Federal de Santa Catarina. **PROJETO DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS**. Florianópolis, 2018. 61 p.

UNESP (São Paulo). **Venha fortalecer o SISAN!**: Abertas as inscrições para Oficinas de Formação de Conselheiro em SAN, em São Paulo. 2019. Disponível em: <<http://redesans.com.br/venha-fortalecer-o-sisan-abertas-as-inscricoes-para-oficinas-de-formacao-de-conselheiro-em-san-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Org.). **EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA**. São Paulo: Hucitec, 2013. 426 p.

VASCONCELOS, Viviane Alves de. **SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN): AVANÇOS E DESAFIOS NO ESTADO DA PARAÍBA**. 2017. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Gestão Pública, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.